

1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GLBT DO RIO DE JANEIRO

Aprova a criação do Programa Rio Sem Homofobia e elege delegados/as para a Conferência Nacional GLBT

Evento aconteceu de 16 a 18 de maio no Teatro Odylo Costa Filho, UERJ

Realizada pelo Governo do Estado - através da **Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos**, coordenada pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a **1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para GLBT do RJ** elegeu 32 delegados/as (21 da sociedade civil e 11 do poder público) que representarão o Estado do Rio de Janeiro na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) com propostas em diferentes áreas, tendo como foco a implantação do Programa Rio Sem Homofobia; a consolidação e a ampliação do Programa Federal Brasil Sem Homofobia e a aprovação do projeto de lei da Câmara nº122/06 de criminalização da homofobia.

Ao todo, participaram cerca de 400 pessoas, entre ativistas e representantes do poder público – delegados/as (com voz e voto), observadores/as, convidados/as e ouvintes. Para o Presidente da Conferência e Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEAS.DH), Cláudio Nascimento, a Conferência foi um marco histórico e político para a aproximação e o fortalecimento do diálogo entre os ativistas GLBT e os diversos setores do poder público, que durante 03 dias trabalharam na construção de uma agenda de ações afirmativas para a melhoria da qualidade de vida dos GLBT.

O que aconteceu

A Conferência foi oficialmente aberta pela Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva, que anunciou a criação do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT e do Programa Rio Sem Homofobia, e a execução em 2008 desses compromissos: (1) implantar na estrutura da SEAS.DH, através da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, o Disque GLBT – serviço telefônico para orientar, acolher e encaminhar GLBT para rede de

proteção social; (2) apoiar a criação de 10 Centros de Referência de Apoio a Vítimas de Homofobia nas regiões geográficas no Estado do Rio de Janeiro em parceria com prefeituras e ONGs locais – unidade administrativa com apoio jurídico e psico-social; (3) criar o Conselho Estadual de Direitos de GLBT – espaço de controle social e monitoramento das políticas para GLBT; (4) implementar o Núcleo de Monitoramento Técnico de Crimes envolvendo discriminações e violências contra GLBT na Polícia Civil em parceria com a SEAS.DH e (5) Constituir a Comissão de Análise e Julgamento, visando a aplicação da Lei 3406/00 que penaliza estabelecimentos comerciais e agentes públicos que discriminem pessoas em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero. Essas ações foram elaboradas pela Câmara Técnica do Programa Rio Sem Homofobia, sendo ratificadas pelos participantes da Conferência.

Também foram aprovadas estratégias de capacitação e sensibilização de profissionais de segurança pública, de saúde, gestores públicos; operadores de direito e professores e o incentivo a pesquisas e estudos sobre homofobia, direitos do GLBT, entre outros.

Entre os presentes na mesa de abertura, estavam o Presidente da Conferência e Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos Cláudio Nascimento; o Subsecretário da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República Perly Cipriano; a Diretora de Gestão Participativa do Ministério da Saúde Ana Maria Costa; a Coordenadora da Frente Parlamentar Pela Cidadania GLBT do Congresso Nacional Cida Diogo; o Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Ricardo Vieiralves; o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do RJ Siro Darlan; pela Comissão Organizadora Estadual: o Diretor do Grupo Arco-Íris Julio Moreira; a Coordenadora do Centro de Documentação Coisa de Mulher Neusa das Dores Pereira e a Presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Rio Majorie Marchi. Também participaram representantes da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do RJ; das Secretarias de Estado de Cultura, de Educação, de Saúde e Defesa Civil, de Trabalho e Renda e de Turismo, Esporte e Lazer.

UERJ assume carta compromisso por um Rio Sem Homofobia

Outro ponto marcante da abertura da Conferência foi a assinatura, pelo reitor da UERJ Ricardo Vieiralves, da Carta Compromisso da UERJ Por Um Rio Sem

Homofobia, entregue ao presidente da Conferência, com atos administrativos importantes para promoção da cidadania, como a criação do primeiro (1) Laboratório de Políticas Públicas para GLBT, (2) o anúncio de que travestis e transexuais possam usar o banheiro feminino nas instalações, (3) o uso do nome social por travestis e transexuais nos registros e chamadas na Universidade e em órgãos vinculados, (4) o acompanhamento do companheiro (a) de GLBT em consulta, internação e exame no Hospital Universitário da UERJ (Pedro Ernesto) e (5) apoio na implantação e gestão do Programa Rio Sem Homofobia. Essas ações da UERJ em parceria com a SEAS.DH estavam previstas no caderno estadual de propostas apresentadas, sendo estas votadas e aprovadas na Conferência, representando assim, uma grande vitória para a população GLBT.

No segundo dia do evento, um painel nacional e estadual fez um panorama das políticas públicas para GLBT e mais seis mesas-redondas identificaram as principais demandas da luta contra a homofobia e pela cidadania GLBT. Em pauta, **Segurança Pública, Direitos Humanos e Combate à Homofobia; Saúde e Assistência Social; Trabalho, Renda e Turismo; Legislação e Justiça; Cultura e Educação; e Articulação da Política dos Direitos de GLBT e Direitos Humanos** .

Dentre as diversas propostas aprovadas, as que assumiram o foco para consolidação e ampliação do Programa Federal Brasil Sem Homofobia, foram a alocação de recursos e a institucionalização de suas políticas nos Ministérios e nos níveis estadual e municipal.

A Conferência aprovou, como uma das medidas legislativas prioritárias, a aprovação do projeto de lei da Câmara nº 122/06 de criminalização da homofobia. A aprovação de projetos de lei que verse sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo; a mudança de nome para travestis e transexuais e a adequação de sexo para transexuais também foram aprovadas.

Dia mundial de luta contra a homofobia é marcado por Ato Público e ação de cidadania da polícia

No sábado, 17 de maio - Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia, foi realizado à tarde um ato público em frente ao Estádio do Maracanã, como parte da programação da

Conferência. Pedindo respeito e a paz os participantes soltaram balões brancos em homenagem aos mais de 2.500 GLBT assassinados no Brasil vítimas da homofobia.

Hora antes da manifestação no caminho para o Restaurante Popular do Maracanã, onde os/as participantes almoçaram, um torcedor agrediu verbalmente duas travestis com palavras de baixo calão na frente de dois policiais que imediatamente autuaram o agressor. O caso foi registrado na Delegacia de Polícia de Flagrantes da Praça da Bandeira e está sendo acompanhado pela Superintendência.

Entenda o processo de votação dos delegados/as e das propostas

Ao todo, foram definidos na plenária final da Conferência Estadual 32 delegados/as (participantes eleitos/as em pré-conferências regionais) que representarão o Estado do Rio de Janeiro na Conferência Nacional de GLBT. De acordo com os regimentos internos das Conferências Nacional e da Estadual, 11 delegados deveriam ser representantes do Poder Público e 21 da Sociedade Civil, sendo que pessoas de gênero feminino (mulheres heterossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis) deveriam representar pelo menos 50% dos escolhidos e pelo menos 30% deveriam ser afro-descendentes. Para atender essa orientação, foram realizados dois encontros anteriores (Poder Público e Sociedade Civil) à Plenária Final para definir chapas com representantes de cada categoria.

A reunião do Poder Público, na concha acústica da UERJ, indicou os nomes das 11 pessoas da esfera governamental que comporão a delegação do Estado na Conferência Nacional. Como só houve uma chapa na plenária final, os/as representantes do poder público escolhidos/as foram confirmados/as pelos/as delegados/as presentes.

Já a reunião da Sociedade Civil definiu duas chapas - que na Plenária final ganharam votos de delegados/as do poder público e da sociedade civil. A chapa vencedora, Por um Rio Sem Homofobia, ganhou o direito de eleger 13 de seus componentes para a delegação estadual por receber 91 votos. Já a segunda chapa, Mosaico-Nada Será Como Antes, com 52 votos, levará 8 representantes para a Conferência Nacional. O sistema de escolha dos delegados/as foi por proporcionalidade direta dos votos que cada uma recebeu na plenária final.

Acesse a partir do dia 27.05.2008 o site www.social.rj.gov.br para conhecer na íntegra o relatório de propostas aprovadas da Conferência Estadual. Para outras informações entre em contato com a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da SEAS.DH nos telefones 21 – 2299 5391 /5402 ou 5319 ou no conferenciaglbtrio2008@gmail.com

Os representantes do Rio de Janeiro são:

Do Poder Público:

- Adriana Balthazar (Secretaria de Saúde e Defesa Civil);
- Alexandre Bortolini (Coordenador de Comunicação da Pró-Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro);
- Cláudio Nascimento (Presidente da I Conferência Estadual GLBT RJ e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos);
- Dani Stone (Prefeitura de Mendes);
- Denise Alves (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ);
- Eugênio Ibiapino (Prefeitura de Nova Iguaçu);
- Felipe Gomes (Secretaria Estadual de Ambiente);
- Maria Christina Menezes (Secretaria Estadual de Trabalho e Renda);
- Renata Cristiane (Prefeitura de Cabo Frio);
- Roberto Gonçale (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RJ)
- Rosângela Castro (Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos).

Da Sociedade Civil:

- Adrielly de Melo Vamport - Centro Cultural e Social da Prosperidade da Igreja Cristã Contemporânea/Rio
- Ana Cristina Costa Silva – Grupo Triângulo Rosa – Belford Roxo
- Antonio Pinheiro – Rio
- Bianka Barreto – Nova Friburgo
- Caroline Benites – Grupo 7 Cores/Niterói
- Daniele Duarte – Grupo Criola/Rio
- Ernani Rocha Da Silva – Grupo Nobreza/Petrópolis
- Fabio de Oliveira Fernandes – MDS/Macaé

- Julio César Carneiro Moreira – Grupo Arco-Íris/Rio
- Jussara Bernardes – Grupo Arco-Íris/Rio

- Leonardo Peixoto – Grupo 28 de Junho /Nova Iguaçu

- Lorryne Aguiar - Mendes
- Marjorie Marchi – ASTRA/Rio
- Molly Angel – Movimento D´ELLAS/Rio
- Natalia Morales da Silva – Grupo de Diversidade Sexual da UFRRJ
- Paula Smith – Projeto Legal Centro de Referência de Combate à Homofobia/Duque de Caxias
- Priscila Galvão – Rio

- Rejane Teixeira Costa – Volta Redonda

- Rodrigo Reduzino – Centro Acadêmico de Ciências Sociais

- Tiago do Amaral Franco – Grupo Iguaís/Cabo Frio

- Weluma da Cunha – ASTRA/Rio

Superintendência Estadual de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos